

Introdução

A análise da *performance* da Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC), o organismo que regula os meios de comunicação social em Portugal, é a razão fundamental para a elaboração desta cronologia que apresentamos sob a forma de *e-book*. A nosso ver, este constitui um excelente ponto de partida para um estudo aprofundado do desempenho deste organismo regulador. Neste sentido, considerámos proveitoso abranger o contexto mediático, isto é, o ambiente e o conjunto de iniciativas e de acontecimentos marcantes no sector dos *media* (e que inclusivamente poderão, por vezes, ter desencadeado acções do regulador). Por esta razão, a cronologia que agora publicamos abrange acontecimentos relevantes para a *performance* do organismo regulador dos *media* e não se cinge apenas ao elemento micro que é o da actividade de um qualquer organismo individualmente considerado.

É expectável que os organismos reguladores contribuam para a qualificação dos sistemas mediáticos através da hetero-regulação e da promoção da co-regulação e da auto-regulação dos meios de comunicação social, sejam de carácter público ou privado. Aliás, para estudar este tema é necessário debruçarmo-nos sobre os mecanismos de auto-regulação, de co-regulação e de hetero-regulação, na medida em que o funcionamento da regulação está dependente da “construção regulatória” na sua totalidade (Sousa & Fidalgo, 2011: 283).

Ora, este *e-book* pretende ser um instrumento de trabalho para estudantes, investigadores e estudiosos da área, podendo ainda ter várias leituras, conforme o ângulo de abordagem que se adoptar e de acordo com os interesses e expectativas do leitor. Esta publicação electrónica procura servir, de facto, como contributo para futuros trabalhos e visa apresentar um conjunto de materiais que foram sendo desenvolvidos no quadro do

projecto de investigação intitulado “A Regulação dos *Media* em Portugal: O Caso da ERC” (PTDC/CCI-COM/104634/2008), sediado no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS) da Universidade do Minho.

Enumeremos os objectivos deste projecto para clarificar o enquadramento da presente publicação: 1) Esclarecer as condições que levaram à fundação da nova entidade reguladora dos *media* (ERC) em Portugal, no ano de 2005; 2) Examinar os modelos propostos e o modelo adoptado para a ERC; 3) Avaliar o papel dos principais actores nacionais e internacionais na definição da ERC; 4) Analisar as principais provisões funcionais do modelo, isto é, o que deve fazer e como se compara com modelos prévios; 5) Escrutinar criticamente as iniciativas, decisões e dinâmicas diárias da ERC, considerando o que tem sido feito e como; 6) Avaliar o desempenho da ERC em relação ao modelo conceptual.

Por conseguinte, tendo iniciado actividade em Junho de 2010, o projecto assenta em três pilares de investigação, os quais, embora distintos, têm elevada complementaridade. Assim sendo, a primeira vertente tem por base uma análise da evolução histórica da regulação dos *media* em Portugal, a segunda versa sobre o modelo conceptual politicamente desenhado para a ERC e, por fim, a terceira dimensão diz respeito à *performance* deste organismo regulador. A origem desta cronologia está relacionada com a necessidade de articular o desempenho da ERC nas actividades diárias efectivas com as outras dimensões do foro conceptual e de uma análise mais documental. Por conseguinte, é um trabalho que pretende ser, essencialmente, um instrumento de consulta. Outros trabalhos semelhantes foram publicados com o mesmo intuito, como a cronologia que abrange os anos de 1995 a 1999 no livro intitulado “A Comunicação e os *Media* em Portugal: Cronologia e leituras de tendências” (Pinto *et al.*, 2000), e o trabalho de leitura dos primeiros cinco anos do século XXI, uma publicação do CECS organizada por Manuel Pinto e Sandra Marinho (2008), no âmbito do projecto

de investigação “Mediascópio – *Estudo sobre a reconfiguração do campo da comunicação e dos ‘media’ em Portugal*”.

Neste caso, a cronologia desenvolvida tem um enfoque particular na *performance* do organismo regulador português mas não exclui o contexto mediático em geral. Tendo sido criada no ano 2005, a Entidade Reguladora para a Comunicação Social veio substituir o organismo de regulação dos *media* que lhe antecedeu, a Alta Autoridade para a Comunicação Social (AACS), extinta no dia 17 de Fevereiro de 2006, com a tomada de posse dos membros do Conselho Regulador e do Fiscal Único da ERC, conforme o disposto no artigo 2º da Lei n.º 53/2005, de 8 de Novembro. Foi com a revisão constitucional de 2004 que se procedeu à reformulação da redacção do artigo 39º da Constituição da República Portuguesa, cuja lei (n.º 1/2004, de 24 de Julho) define, no seu artigo 44º, o funcionamento da AACS até à entrada em funções da nova entidade reguladora em Portugal. Esta entidade de regulação estatal dos *media*, a Alta Autoridade, substituiu o Conselho de Imprensa e o Conselho de Comunicação Social

O sistema legislativo português confere grande importância à regulação do sector mediático, dada a protecção constitucional de que goza a ERC enquanto entidade administrativa independente (conforme o número 1 do artigo 39º da Constituição). Aliás, a Constituição da República Portuguesa prevê a regulação dos *media* desde 1976, tendo sido a revisão constitucional de 1989 que introduziu a regulação pública de todos os meios do sector com a criação da AACS. Até então, a regulação era apenas a dos organismos estatais, desenvolvida pelos Conselhos de Informação e, posteriormente, pelo Conselho de Comunicação Social (Silva, 2007: 15).

A cronologia deste *e-book* versa, por conseguinte, sobre a actividade da ERC desde o momento da elaboração da proposta de lei que lhe deu origem, uma vez que o início de funções dos membros do Conselho Regulador data de Fevereiro de 2006, até ao final do ano 2011. Este período coincide com o mandato de cinco anos do primeiro Conselho Regulador, visto que os novos membros apenas entraram em funções nove

meses depois do término dos seus antecessores. A 9 de Novembro de 2011 assinala-se, então, a tomada de posse do Presidente do Conselho Regulador, Carlos Magno, o Vice-Presidente, Arons de Carvalho, e os vogais Luísa Roseira, Raquel Alexandra e Rui Gomes.

Em momento distinto, procedeu-se à publicação de parte desta cronologia (2006-2010) na dissertação de Mestrado intitulada “A Entidade Reguladora para a Comunicação Social: Contributos para uma análise histórica conceptual e performativa” (2011). Nessa altura, o trabalho correspondia ao período dos primeiros cinco anos de actividade da ERC com a diferença de dois meses para o final do mandato do primeiro Conselho Regulador, findo em Fevereiro do ano seguinte, embora efectivamente se tivesse mantido em funções até Novembro. Desde então, o material foi sucessivamente revisto, procurando aprimorar e actualizar a cronologia com base nos critérios metodológicos que explicitaremos de seguida.

Outros trabalhos, actualmente em curso, visam contribuir para uma melhor compreensão das diferentes dimensões que podem ser abordadas quando estudamos o tema da regulação dos *media* e, em particular, a dimensão performativa da ERC. A este nível, estão em curso quatro teses de Doutoramento: no domínio do pluralismo e da diversidade, reflectindo sobre a blogosfera política portuguesa (Elsa Costa e Silva), na área da análise contextual e histórica dos vários mecanismos de regulação desde 1974 para compreender a actual configuração portuguesa e desenvolver um modelo integrado e participativo de regulação do sector a par de um conjunto de medidas ao nível das políticas públicas que possam contribuir para a sua concretização (Mariana Lameiras), nos campos da regulação e da publicidade (Ana Melo) e, já numa fase final, na vertente da implementação da Televisão Digital Terrestre – TDT (Sérgio Denicoli). A temática da comunicação institucional externa digital da ERC está também a ser explorada ao nível do Mestrado por Marta Eusébio Barbosa e vários contributos estão actualmente a ganhar consistência para aprofundar um estudo sobre a regulação da Internet.

Esta cronologia é resultado de um olhar específico sobre a ERC e sobre o campo mediático. Esse olhar particular decorre do facto de se basear num crivo jornalístico. Na verdade, espelha a cobertura jornalística feita pelos meios de comunicação social sobre eles próprios e sobre o organismo responsável pela regulação da sua actividade. Tem a particularidade de abranger aquilo que o filtro jornalístico abrangeu e que o crivo dos meios de comunicação social deixou passar. A valorização é a de um certo tipo de factos, isto é, aqueles acontecimentos captados pelos próprios jornalistas mas também aqueles acontecimentos que foram captados pelo próprio organismo de regulação através do que outros fizeram sobre ele aliado a uma repercussão no espaço público. Este material reflecte, portanto, um determinado olhar, ilustra o que o jornalismo destacou e singularizou na sua actividade de produção noticiosa sobre a realidade. Logo, é fruto de um discurso jornalístico sobre a realidade, tendo em conta que o próprio jornalismo é parte dessa mesma realidade e é regulado pelo objecto da nossa atenção neste processo de selecção e construção da cronologia.

A inclusão dos blogues nas fontes que utilizámos poderia, nesta fase, desencadear, uma discussão sobre o papel que desempenham na cena mediática. Optámos, como veremos adiante, pela sua inclusão como fontes para a elaboração da cronologia sem a pretensão de desconstruir o próprio conceito ou a natureza específica dos conteúdos da blogosfera. Na realidade, estas páginas *online* contribuíram para a diversidade de fontes utilizadas e, mais, foram elas próprias protagonistas em alguns dos assuntos que tiveram um forte eco no espaço público. Podemos dizer que este olhar, além de particular, é também múltiplo e diversificado. Não podemos negar que estamos perante acontecimentos seleccionados por um determinado número de publicações que, embora maioritariamente jornalísticas, abrangem também outro tipo, como as páginas electrónicas oficiais de certos organismos. Esta opção foi, também ela, consciente, na medida em que se procurou alargar o leque de fontes de informação com vista ao confronto de detalhes, por vezes incongruentes, e à aferição da veracidade e da validade dos dados que surgiam. Com

efeito, as fontes oficiais proporcionam resultados e desfechos de casos e situações, deixando de lado processos que poderiam ajudar a explicar os resultados objectiváveis que apresentámos. Aqui é o jornalismo mais rico, daí também a riqueza deste trabalho, que assenta numa lógica combinatória e assume um confronto nas fontes utilizadas.

Procurámos, ainda, obter um resultado final que não descartasse a sua consulta pelo volume exagerado e pelo detalhe extremo, pelo que, em certos casos, procedemos à reformulação da descrição de certos acontecimentos em nome da exequibilidade de um projecto desta índole. Tratou-se, portanto, de um segundo exercício de selecção. O primeiro postulado pelas próprias fontes que consultámos e o segundo, ao nível da nossa própria edição e selecção, não no que diz respeito aos acontecimentos abrangidos mas sim relativamente à extensão da descrição e do detalhe conferido aos mesmos.

Se dizíamos, uns parágrafos antes, que esta cronologia é resultado de um olhar específico sobre a ERC e sobre o campo mediático, ela resulta também num determinado olhar sobre a mesma realidade. Relembrando Bourdieu (1994) e os conceitos de estrutura estruturante e estrutura estruturada aplicados ao estudo do Jornalismo, podemos ajustar as palavras do autor a este trabalho em concreto. O campo jornalístico é terreno de confluência e, frequentemente, de conflito pois “representa, enuncia e interpreta aspectos e realidades de todos os outros campos, o que faz dele terreno de constantes disputas acerca da sua legitimidade social e simbólica para fazer o que é suposto que faça” (Pinto, 1999: 81).

O produto final do nosso trabalho resulta numa determinada representação sobre a regulação dos *media* em Portugal, sobre o desempenho da ERC e sobre o campo mediático em geral. Tratou-se, aliás, de escolhas que, num primeiro nível, não dependeram dos investigadores e que têm que ver com os próprios critérios jornalísticos de noticiabilidade de determinados assuntos em detrimento de outros ou até pela opção de não inclusão, deixando alguns temas silenciados na margem. Por outro lado, o segundo nível de selecção está relacionado com opções tomadas ao longo do percurso,

as quais estão sob o controlo e responsabilidade dos investigadores. As opções metodológicas desempenham, então, um papel fundamental.

Neste sentido, a cronologia que apresentamos nesta publicação versa sobre os anos de 2005 a 2011 e nela encontramos o leque de actividades e iniciativas levados a cabo pela ERC bem como de acontecimentos relevantes no sector mediático de acordo com uma divisão por anos, por meses e por dias.

Explicitando agora os procedimentos adoptados, importa referir que a construção desta cronologia teve por base uma pesquisa documental online, em sítios electrónicos, à qual procedemos em dois momentos distintos. Na fase inicial, o recurso aos jornais constituiu o principal elemento de consulta, pois pretendíamos recolher material para a elaboração da linha cronológica desde o ano 2005. Assim sendo, seleccionámos os jornais diários “Público” e “Jornal de Notícias” e pesquisámos peças jornalísticas nos respectivos sítios electrónicos que correspondessem ao tema tratado. No entanto, preocupações relacionadas com o confronto e a verificação da validade da informação veiculada estiveram na origem da dilatação desta pesquisa a outras fontes, que adiante referiremos. O segundo momento da pesquisa teve início após esta primeira fase de exaustão na recolha do que tinha sido publicado até ao momento e consistiu no recurso ao serviço de alertas disponibilizado pelo “Google”.

O Quadro 1 esquematiza as diversas fontes utilizadas no primeiro momento de investigação, procedendo ainda a uma clarificação da distribuição do número de documentos por tipo de fonte.

Fontes utilizadas		
	Tipo	Número
Sítio da ERC	Notas Informativas	197
Público <i>online</i>	Comunicados e Notas à Imprensa	6
	Notícias, Entrevistas, Reportagens	285
Jornal de Notícias <i>online</i>	Notícias, Entrevistas, Reportagens	603
Diversos	Notícias da Meios & Publicidade Notícias e documentos dos sítios da ANACOM, da AdC, do Governo, da Assembleia da República, do Diário da República Blogues	31

Quadro 1: Fontes utilizadas para a construção da cronologia da actividade da ERC - Fase 1

Tal como foi referido anteriormente, a pesquisa foi alargada de modo a completar e/ou confrontar a informação encontrada, com o objectivo de ampliar e diversificar os ângulos sobre os quais se debruçavam os factos relatados. Assim sendo, servimo-nos também das seguintes fontes, as quais se encontram representadas na categoria “diversos” do Quadro 1:

- Revista Meios e Publicidade;
- Diário da República (DR);
- Sítios electrónicos do Governo e da Assembleia da República;
- Sítios dos organismos reguladores ICP – Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM) e Autoridade da Concorrência (AdC);
- Os blogues “Cibercidadania”, “Vai e Vem”, “Jugular”, “Arrastão”, “Blasfémias” e “31 da Armada”.

Estas 31 referências incluem documentos de índole diversificada, na medida em que provêm de fontes, também elas, distintas e de cariz que oscila entre o oficial, como o caso do Governo, e o pessoal, como o dos blogues. Entre eles estão, portanto, documentos como notas informativas ou comunicados oficiais, transcrições de audições em sede parlamentar, breves apontamentos informativos, *posts* na blogosfera, entre outros.

A segunda fase da pesquisa consistia na monitorização regular das notícias com interesse para o objectivo traçado, pelo que recorremos, para o ano de 2011, à aplicação “Alertas” disponibilizada pelo motor de pesquisa “Google” nas publicações jornalísticas periódicas, no ano 2011, para o acompanhamento diário dos acontecimentos relacionados com os *media*, com a regulação dos *media* e com a ERC. O gráfico 1 mostra a distribuição dos documentos utilizados através deste serviço, por nós organizados mensalmente.

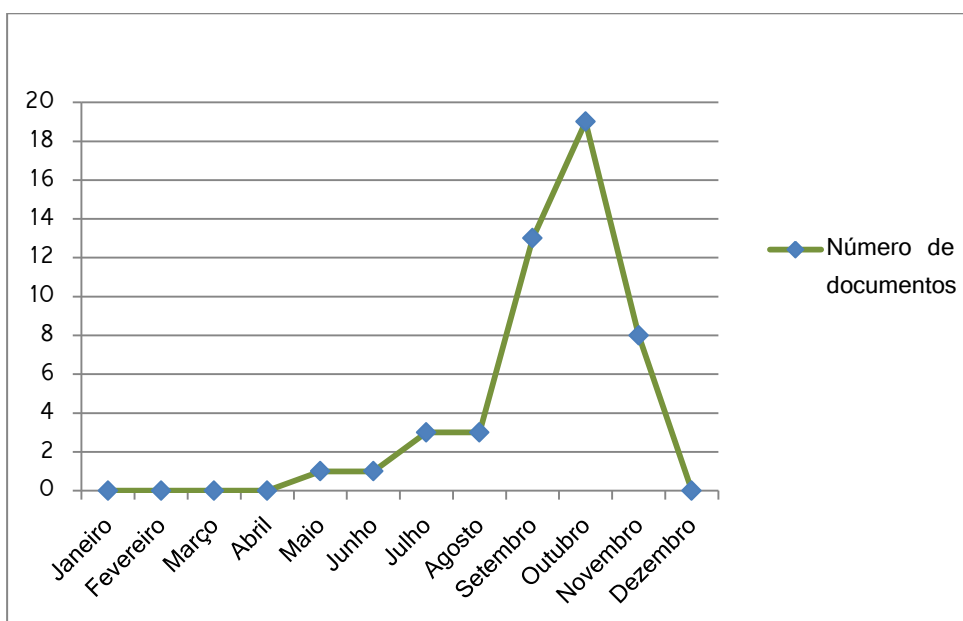


Gráfico 1: Número de documentos obtidos através do sistema de alertas distribuídos por meses (2011) - Fase 2

Como se pode constatar através da leitura do gráfico, este método não é exaustivo na pesquisa nem regular ao nível das fontes, dada a peculiaridade do próprio serviço de alertas. No entanto, permite uma percepção dos factos noticiados e dá conta

de uma série de documentos publicados nos sítios electrónicos de várias publicações periódicas, nas quais estão incluídos títulos como o “Expresso”, o “Correio da Manhã” ou a “Visão”. O pico de documentos recolhidos entre os meses de Setembro a Novembro de 2011 deve-se ao arrastamento do processo de eleição dos membros do novo Conselho Regulador da ERC: atraso na apresentação das listas pelos partidos políticos e subsequente demora na marcação de audições e posterior eleição dos nomes. Além disso, as audições com os membros do Conselho Regulador em cessação de funções e com outros especialistas na área dos *media*, que vinha já da anterior legislatura, também fez aumentar este surto noticioso bem como as polémicas relativas à cooptação do quinto elemento durante e após o processo de eleição do novo Conselho. Nessa altura, essas audições tinham sido promovidas com a finalidade de avaliar o mandato do Conselho e analisar o modelo de regulação efectivado pela ERC.

Como nota conclusiva, gostaríamos de salientar que esta publicação é um trabalho que convoca uma sensibilidade própria dos campos do Jornalismo mas também da História e que se encontra em permanente construção. Trata-se de um conjunto de materiais que pretende contribuir para a construção da memória viva de como uma entidade criou o seu modo de estar, o seu *ethos* e, mais importante ainda, como procurou criar uma cultura de regulação em Portugal. É, reforçamos, um instrumento de trabalho, o qual, no âmbito do projecto de investigação, é complementado com outros métodos de investigação, de modo a não captar apenas aquilo que está do lado do observável e do mensurável, uma dimensão que normalmente é aquela que é objecto de notícias. No fundo, pretende ser um contributo para a história da regulação dos *media* em Portugal.

Referências bibliográficas

Bourdieu, P. (1994) *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Editora Papyrus.

Pinto, M. (coord.) (2000) *A Comunicação e os Media em Portugal (1995–1999): Cronologia e leituras de tendências*. Comunicação e Sociedade. Braga: Departamento de Ciências da Comunicação, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

Pinto, M. (1999) 'O Jornalismo como campo social e como domínio de formação'. *Comunicação e Sociedade 1*, Cadernos do Noroeste, Série Comunicação, Vol. 12: 75–95.

Pinto, M. & Marinho, S. (org.) (2008) *Os media em Portugal os primeiros cinco anos do século XXI*. Porto: Campo das Letras / Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade.

Silva, A. S. (2007) 'A hetero-regulação dos meios de comunicação social'. *Comunicação e Sociedade*, 11: 15–27.

Sousa, M. L. (2011) *A Entidade Reguladora para a Comunicação Social: Contributos para uma análise histórica, conceptual e performativa*. Dissertação de Mestrado em Ciências da Comunicação. Braga: Universidade do Minho.

Sousa, H. & Fidalgo, J. (2011) "Journalism Regulation: State Power and Professional Autonomy", in Wasko, J., Murdock, G. & Sousa, H. (eds.) *The Handbook of Political Economy of Communications*, Oxford: Blackwell, pp. 283–303.